

Nacional

estadão.com.br

Blog. Acesse as últimas notícias no Radar Político
estadão.com.br/e/radarpolitico

Terras em disputa. Relatório que será publicado hoje mostra que, embora índios tenham recebido mais 8,9 milhões de hectares entre 2006 e 2010 e outros 3 milhões estejam em estudo, tensão com madeiras, garimpo ilegal e até tráfico são ameaças constantes

Reservas indígenas chegam a 13% do território, mas não reduzem conflitos

Roldão Arruda

De 2006 a 2010, o governo concluiu os processos demarcatórios de 35 terras indígenas no País e entregou aos índios um total de 8,9 milhões de hectares. No mesmo período, a Fundação Nacional do Índio (Funai) oficializou e pôs em andamento um conjunto de processos fundiários que pode acrescentar outros 3 milhões de hectares, o que elevaria as reservas a 13% do território nacional. Apesar disso, os conflitos da questão fundiária indígena aumentaram nesses cinco anos, revela um estudo que será lançado hoje.

Segundo informa a publicação *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*, o que se viu nos últimos cinco anos foi o agravamento das tensões e conflitos. Na maior parte das vezes, os problemas se devem à disputa pelo controle da terra com posseiros e fazendeiros. Mas também envolvem garimpo ilegal, avanço descontrolado de madeiras e carvoarias e até tráfico de drogas. Há casos descritos pelo estudo em que há apoio ostensivo de líderes indígenas para a invasão das reservas, cooptados financeiramente por esses grupos.

Tudo isso é agravado pelo desenvolvimento econômico do País. Grandes projetos de hidrelétricas, de novas rodovias e no setor do agronegócio estão em andamento na Amazônia Legal, onde se concentram 98,6% das terras indígenas do País.

As terras homologadas e que se encontram em processo demarcatório atendem a boa parte das reivindicações dos 235 povos indígenas identificados no País. Fazem parte das 35 áreas com processo demarcatório concluído – equivalentes à soma dos Estados do Rio e do Espírito Santo – a emblemática Raposa Serra do Sol, em Roraima, com 1,7 milhão de hectares, cuja disputa chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF); e a Trombetas Mapuera, que se destaca pela extensão: 4 milhões de hectares distribuídos entre Roraima, Amazonas e Pará. Se os demais 3 milhões de hectares forem agregados às terras indígenas, a área protegida passará de 108 milhões para 111 milhões de hectares, o equivalente a 13% do território brasileiro.

Casos críticos. Embora tenham significativa área demarcada, isso nem sempre garante proteção aos povos indígenas. Há regiões onde os índios não conseguem tomar posse das terras que, legalmente, pertencem a eles. Um exemplo é o dos índios guajás, no Maranhão: eles estão sendo obrigados a conviver com quase uma dezena de povoados habitados por posseiros e espalhados pelos 116,5 mil hectares da terra Auá, que foi homologada e entregue àquele grupo indígena em 2005.

Em Mato Grosso, na região de São Félix do Araguaia, os xavantes enfrentam situação mais difícil. Após tomarem posse da área



Protesto. O cacique Raoni, em manifestação no Congresso contra a construção da usina de Belo Monte: povos temem impactos da instalação de barragens

A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS



de 165 mil hectares entregue a eles em 1998, foram expulsos por criadores de gado e produtores de soja e agora tentam reaver o território. Por enquanto, conseguiram reocupar apenas 10% da área.

A publicação a ser lançada hoje foi planejada pela organização não governamental Instituto Socioambiental (ISA). É editada a cada cinco anos e conta com recursos provenientes do exterior. São citados como apoiadores a Embaixada da Noruega e a Cafod, agência católica de desenvolvimento, mantida com recursos

do Reino Unido. Com 778 páginas, 166 artigos, uma seleção de notícias publicadas em jornais, fotos e mapas, oferece uma visão geral sobre a situação dos 817 mil índios que vivem no País, segundo dados do IBGE.

● Violência

Cem caiovas guaranis ocupam o acampamento Guaviry, em Mato Grosso do Sul. Eles pedem o corpo do cacique Nísio Gomes, desaparecido após ataque de mais de 40 homens, na sexta-feira.

Fiscalização. Uma das constatações preocupantes envolve a terra ianomâmi, com 9,5 milhões de hectares, entre Roraima e Amazonas, na fronteira com a Colômbia e a Venezuela. Segundo a antropóloga Fany Ricardo, coordenadora da publicação, a crise internacional provocou a valorização do ouro e, no rastro dela, uma incontável onda de invasões do garimpo ilegal na região. “Pelo fato de não dispor de estradas nem de muitos rios navegáveis, é uma terra difícil de fiscalizar”, explica a antropóloga.

Hidrelétricas na Amazônia são foco de divergências

● A grande área disponível hoje para a construção de novas barragens é a Amazônia, especialmente nas bacias dos Rios Tapajós, Xingu e Madeira. De acordo com o Plano Nacional de Energia 2030, cerca de 80% do total do potencial energético que o Brasil precisa acrescentar ao que já existe deve vir daquelas bacias.

Considerando que também é na Amazônia que se concentra a quase totalidade das terras indígenas do País, não é difícil imaginar o agravamento das tensões. “O conflito entre instalação de hidrelétricas e a capacidade de sobrevivência dos povos indígenas é atual e só tende a se intensificar”, diz o advogado Raul Silva Telles, do ISA, em artigo na

publicação *Povos Indígenas no Brasil 2006-2010*.

Telles explica que, além da possibilidade de serem obrigados a se deslocar para áreas diferentes, os índios temem o desequilíbrio do ecossistema. “Também podem ocorrer impactos sociais, sobretudo para as populações dependentes do extrativismo animal e vegetal.”

No momento, o palco mais vistoso da polêmica é a barragem de Belo Monte. Na semana passada, o ator americano Leonardo DiCaprio juntou seu nome à longa lista de personalidades que se opõem à construção daquela barragem. Em setembro, o líder caiova Raoni Metuktire foi à França pedir apoio internacional à causa. Escolhido para figurar na capa da publicação do ISA, Raoni diz: “Eu defendo o rio, a floresta e a terra para a sobrevivência do meu povo, das novas gerações, meus netos”. /R.A.

Ainda segundo Fany, para conquistar apoio dos ianomâmis, garimpeiros distribuem armas de fogo entre os diferentes subgrupos indígenas da região. “Isso potencializa as tradicionais disputas que existem entre eles. Já se constatou que o número de mortes nesses conflitos aumentou.”

Na terra do Vale do Javari, com 8,5 milhões de hectares, na fronteira do Amazonas com o Peru, o maior problema é a precariedade dos serviços de saúde, que facilita o avanço de uma hiperepidemia de hepatites B e D entre os índios. Em algumas aldeias, foram cons-

tatados índices de até 14% da população afetada, segundo análise do Centro de Trabalho Indigenista incluída na publicação. O índice aceitável pela Organização Mundial de Saúde é de 2%.

“O Vale continua sendo palco de uma das maiores tragédias de assistência à saúde indígena no Brasil”, diz a análise. Seus autores também observam que o drama não decorre da falta de verbas, mas sim de esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público, de interesses políticos locais e da falta de gestão competente dos recursos.

ENTREVISTA

♦ **Márcio Meira**, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai)

‘Os índios têm plena posse da maioria das terras homologadas’

O antropólogo Márcio Meira foi nomeado para a presidência da Funai em abril de 2007 e continua no cargo até hoje. Em entrevista ao Estado, ele fala so-

bre os problemas apontados pelas ONGs nas terras indígenas.

● **Como o sr. vê o fato de os índios não conseguirem tomar posse**

de da terra destinada a eles?

Há casos paradigmáticos, como o da terra Maraiatsede, em Mato Grosso, onde os índios ocuparam a terra e depois foram expulsos. Agora é a fase de retirada dos fazendeiros. Foi o que fizemos na Raposa Serra do Sol. Outro exemplo positivo é o da terra Apitereua, no Pará, onde posseiros, madeiros e fazendeiros estão sendo retirados. Os

índios têm plena posse da maioria das terras homologadas, com políticas públicas de proteção.

● **No Maranhão, segundo as ONGs, a situação é preocupante.** Aquela é a situação mais grave. O que resta das florestas no Estado encontra-se nas terras indígenas, que estão sendo invadidas por madeiros e fazendeiros. Em oito anos, foram feitas

três operações da PF para retirar invasores. Mas eles voltam. A luta é difícil, porque são áreas extensas e de difícil acesso.

● **E a invasão de áreas por garimpeiros, em terras ianomâmis?** Implantamos no início deste ano uma frente de proteção etnoambiental para o território ianomâmi, com um quadro de funcionários específicos.

● **Os projetos de hidrelétricas podem agravar os conflitos?**

A expansão econômica do País exige mais energia e a grande fonte é a Amazônia, onde está a maioria das terras indígenas. Tudo deve ser feito com o máximo de diálogo. E é aí que entra a consulta prévia aos povos indígenas, que, embora prevista na Constituição, não foi regulamentada. /R.A.